

INVISÍVEIS DOS CONFINES: A “AGROVILA” CALÚCIA NO CONTEXTO DA DISPERSÃO URBANA DE CASTANHAL/PA

Invisible confines: the "agrovila" Calúcia in the context of the urban dispersal of Castanhal/PA

Invisibles de los confines: la “agrovilla” Calúcia en el contexto de la dispersión urbana de Castanhal/PA

Kelly Virginia Santos do Vale
Universidade do Estado do Pará
kellyvale333@gmail.com

Willame de Oliveira Ribeiro
Universidade do Estado do Pará
willame@uepa.br

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a produção do espaço na “agrovila” Calúcia e o papel que ela desempenha no âmbito da expansão urbana de Castanhal, no Estado do Pará. Os procedimentos metodológicos realizados consistiram em revisão bibliográfica; levantamento documental; abordagem exploratória da área de estudo, com coleta de dados por meio da observação dirigida; realização de entrevistas semiestruturadas com moradores da Calúcia e com gestores públicos. Mediante a análise dos dados coletados se verificou que este espaço, mesmo mantendo certos conteúdos ligados ao campo, tem evidenciado a lógica da dispersão urbana, servindo de moradia para grupos sociais precariamente incluídos, aos quais foi negado o direito à cidade.

Palavras-chave: dispersão urbana; ocupações precárias; Castanhal; “agrovila” Calúcia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the production of space in "agrovila" Calúcia and the role that it plays within the urban dispersal of Castanhal, Pará. The methodological procedures carried out consisted in bibliographical revision; documentary survey; exploratory approach of the study area, with data collection by observation addressed; semi-structured interviews with residents of Calúcia and with public managers. Through the analysis of the data collected were found to this space, even keeping certain content related to the field, has evidenced the logic of urban dispersal, serving as residences for social groups included, which was poorly denied the right to town.

Keywords: urban dispersal, occupations, Castanhal, "agrovila" Calúcia.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la producción del espacio en la “agrovilla” Calúcia y el papel que ella desempeña en el ámbito de la expansión urbana de Castanhal, en el Estado de Pará. Los procedimientos metodológicos realizados consistieron en revisión bibliográfica; levantamiento documental; abordaje exploratoria del area de estudio, con colecta de datos por medio de la observación dirigida; realización de entrevistas semiestruturadas con habitantes de Calúcia y con gestores públicos. Mediante al análisis de los datos colectados se comprobó que este espacio, mismo manteniendo ciertos

contenidos vinculados al campo, hay evidenciado la lógica de la dispersión urbana, sirviendo de vivienda para grupos sociales precariamente incluidos, a los cuales fue negado el derecho a la ciudad.

Palabras-clave: dispersión urbana, ocupaciones precarias, Castanhal, “agrovilla” Calúcia.

Introdução

A cidade de Castanhal, a mais influente do nordeste do Pará e que dá nome e realidade tanto a uma região geográfica imediata quanto intermediária (IBGE, 2017), tem apresentado significativo crescimento populacional e de seu espaço urbano nas últimas décadas. Diversos empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida, assim como de promotores privados, sob o formato de loteamentos e condomínios horizontais fechados, têm sido produzidos nas bordas da cidade (CARRERA et al., 2019), o que tem impedido o surgimento de novas ocupações precárias nesses locais. Em razão disso, os grupos sociais precariamente incluídos¹ tem se deslocado para áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, muitas vezes descontínuas à malha urbana, fornecendo também um caráter disperso ao processo de expansão urbana.

A insuficiência dos meios de acesso à terra e à habitação, seja através do mercado, seja pela via das políticas públicas, reforça a precariedade da moradia das camadas menos abastadas da sociedade. O Ministério das Cidades denomina como assentamentos precários o conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, tais como, cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e assemelhados, bem como os conjuntos habitacionais degradados (BRASIL, 2010), intensamente marcados pela precariedade das condições de vida da população de baixa renda residente.

A produção de ocupações precárias dispersas em Castanhal é objeto deste trabalho, que parte da análise da “Agrovila” Calúcia, localizada no eixo da PA-320, a nordeste da malha urbana. Esta tem desempenhado papel significativo na expansão urbana de Castanhal mediante a ação de grupos sociais precariamente incluídos.

O objetivo principal deste trabalho é analisar a produção do espaço urbano na “agrovila” Calúcia e o seu papel no âmbito da dispersão urbana de Castanhal. De forma mais específica também se objetiva: reconhecer as principais características socioespaciais

¹ Terminologia desenvolvida a partir da definição de Corrêa (1989) a respeito dos grupos sociais excluídos enquanto agentes modeladores do espaço urbano e da ressalva a essa nomenclatura com base na noção de inclusão precária presente em Martins (1997).

da Calúcia, a intensidade e a natureza da expansão do espaço produzido; verificar a natureza das atividades econômicas desenvolvidas pela população residente; e entender o papel desempenhado pela Calúcia com relação às novas áreas de ocupações precárias próximas.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa dividem-se em duas fases. A primeira dedicou-se à fundamentação teórica referente aos principais conceitos e discussões inerentes à problemática deste trabalho, tais como: produção do espaço, dispersão urbana, ocupações precárias e processos socioespaciais. Foram realizados levantamentos documentais sobre a formação da “agrovila” Calúcia e os assentamentos adjacentes por meio de visitas à Prefeitura Municipal de Castanhal e à Secretaria Municipal de Habitação de Castanhal. Esta fase também contou com a realização de trabalhos de campo de caráter exploratório voltados à coleta de dados com base na observação dirigida, a levantamentos fotográficos da área de estudo e ao contato com os sujeitos envolvidos na problemática desse trabalho.

A segunda fase dedicou-se à coleta direta de dados em campo a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com 24 residentes na “agrovila” Calúcia em abril de 2019. O roteiro de entrevista contou com 12 questões destinadas à identificação do perfil socioeconômico dos moradores, assim como à percepção destes acerca das características socioespaciais da “agrovila”, sua relação com a cidade e os assentamentos próximos. Todas as entrevistas foram realizadas mediante assinatura do termo de consentimento. Também foram gravadas, transcritas e analisadas.

O presente artigo está estruturado em duas seções, além deste tópico introdutório e das considerações finais. A primeira seção ocupa-se da contextualização da cidade de Castanhal, explorando sua inserção regional e o dinamismo e complexidade de sua expansão urbana, destacando as lógicas contígua e dispersa pelas quais esse processo se materializa. A segunda parte promove uma análise da “agrovila” Calúcia sob a perspectiva da dispersão urbana, como um exemplo da ocorrência dessa lógica da produção do espaço urbano em Castanhal.

A produção do espaço urbano de Castanhal e a dispersão urbana

Castanhal está entre as principais cidades do Estado do Pará e sua origem relaciona-se às políticas de colonização da denominada região bragantina, intensificadas com a construção da Estrada de Ferro de Bragança que, de 1908 a 1965, interligou as

idades de Belém e Bragança, sendo responsável pelo surgimento e fortalecimento de diversos núcleos urbanos ao longo de seu trajeto, o principal deles, Castanhal. No início do século XX, a cidade já possuía uma situação espacial privilegiada, como observado por Siqueira (2008, p. 99): “a localização privilegiada do município transformou Castanhal num grande polo comercial entre os municípios de Curuçá, Marapanim, Anhangá e Santa Maria do Pará, que não precisavam vir a Belém para repor seus estoques”.

A situação espacial favorável de Castanhal não se dissolveu com a desinstalação da ferrovia, ao contrário, reforçou-se, como destacado também por Siqueira (2008, p. 100): “com a construção da rodovia Belém-Brasília, Castanhal transformou-se no centro comercial mais importante da Zona Bragantina”.

Atualmente, classificada pelo estudo Regiões de Influência das Cidades 2018 (IBGE, 2020) como Capital Regional C, Castanhal desempenha papel de cidade média na rede urbana do nordeste paraense, entretanto, marcada por uma forte particularidade, sua proximidade física e relacional com a metrópole de Belém. Situação que tem reforçado a densidade e a qualidade dos serviços ofertados por Castanhal, sem anular sua centralidade, o que levou Ribeiro (2017) a nomeá-la de cidade média de entorno metropolitano.

A figura 1, referente à região imediata de articulação urbana de Castanhal (IBGE, 2013), expressa a condição da cidade na rede urbana, mantendo uma área de influência composta por 15 cidades, mais nenhuma delas a oeste de sua localização, ou seja, entre Castanhal e Belém, evidenciando as adaptações constituídas pela situação espacial de proximidade com a metrópole.

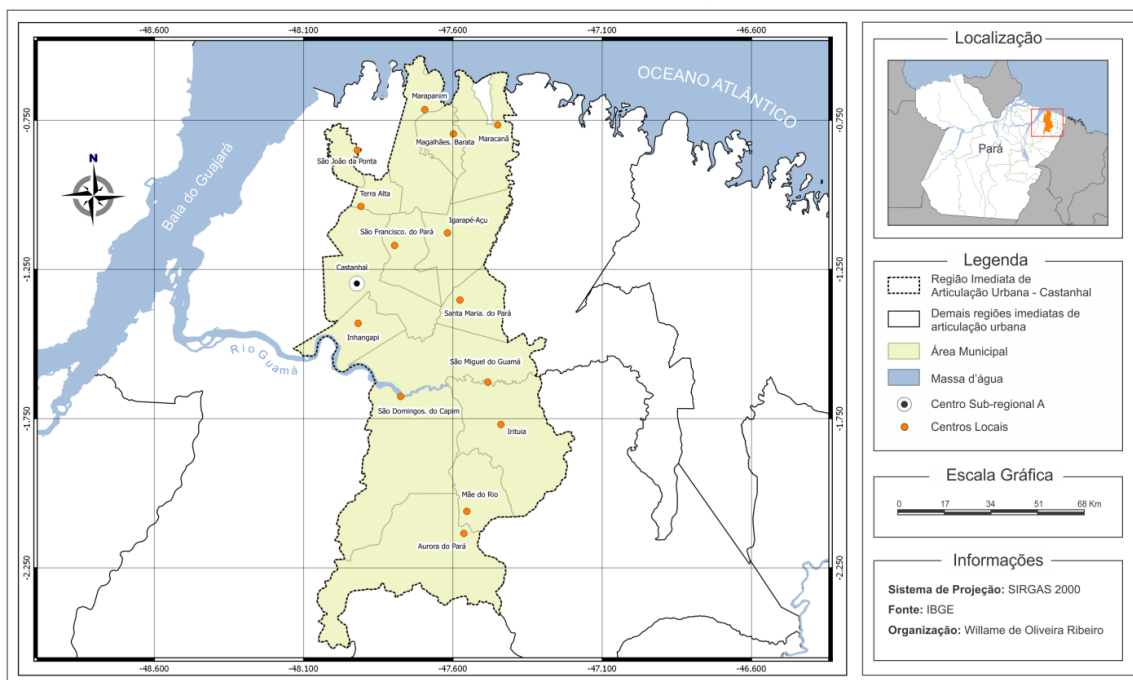


Figura 1 – Castanhal. Região imediata de articulação urbana. 2013
 Fonte: Ribeiro (2017).

Em 2017, o IBGE divulgou o estudo “Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias” (IBGE, 2017) e nele Castanhal é reconhecida como a principal articuladora de uma região imediata e de uma região intermediária, que recebem o nome da cidade, ratificando a ampliação da sua influência em nível regional.

Acompanhando a dilatação de sua influência regional, bem como de seu dinamismo econômico, nas últimas décadas, Castanhal apresentou crescimento significativo de sua população total e de sua população urbana (gráfico 1) e, por conseguinte, também verificou um rápido e expressivo processo de expansão de seu tecido urbano (figura 2).

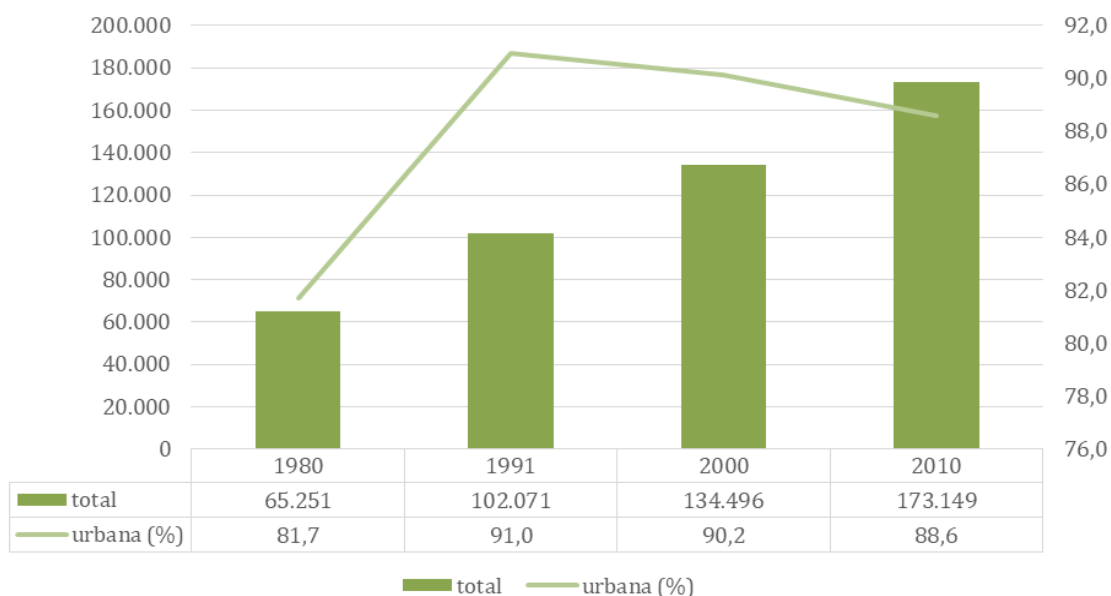


Gráfico 1 – Castanhal. Evolução da população municipal. 1980 a 2010
 Fonte: Ribeiro (2017).

Castanhal possui, de longe, a maior aceleração em termos de expansão do espaço urbano, seja considerando a Região Nordeste do Pará (RIBEIRO, 2017) ou a Região Geográfica Intermediária de Castanhal (IBGE, 2017), registrando um aumento de 145,9% de 1984 a 2016 em seu espaço urbano (figura 2), em grande parte, mediante a dilatação de suas periferias, acompanhando os eixos de circulação da BR-316 (sudeste), da PA-320 (nordeste) e da Rodovia Transcastanhal (noroeste).

Contudo, esse cenário restringe-se a uma modalidade da expansão urbana verificada em Castanhal, aqui denominada de expansão contígua, que, apesar de anteriormente ter tido nos grupos sociais precariamente incluídos um de seus principais agentes impulsionadores, nos últimos dez anos tem contado basicamente com o protagonismo de dois agentes da produção do espaço urbano (CORRÊA, 1989; CAPEL, 1974): promotores imobiliários privados e Estado. Os primeiros por intermédio da construção de condomínios fechados horizontais de médio e alto padrão, bem como de loteamentos, são responsáveis pela maior parte das áreas produzidas nos últimos anos nas bordas da cidade.

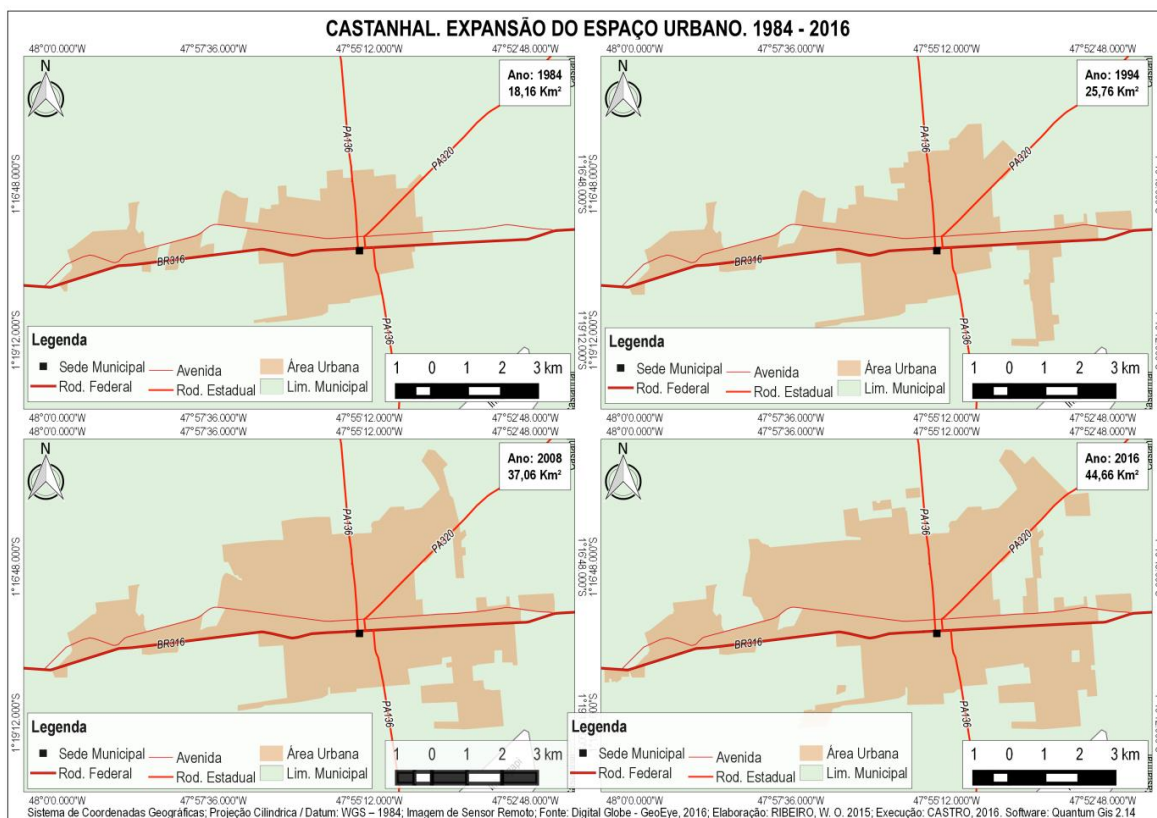


Figura 2 – Castanhal. Expansão do espaço urbano. 1984-2016

Fonte: Ribeiro (2017).

O Estado, o segundo agente citado, é destacado por seu papel também enquanto promotor imobiliário, especialmente através da materialização dos empreendimentos associados à faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que possui grande expressão na produção do espaço urbano de Castanhal, como já demonstrado por Ribeiro (2015) e Carrera et al. (2019). Não obstante, cabe mencionar que a atuação do Estado ocorre de forma articulada à ação dos promotores imobiliários privados, como resultado do próprio formato do PMCMV, que garante significativa participação (e até protagonismo) aos agentes privados.

Isso não remete ao desaparecimento da atuação dos grupos sociais precariamente incluídos em Castanhal, mas revela a parcialidade da expansão urbana contígua na composição na produção total do espaço urbano, que somente pode ser alcançada ao se considerar também outra modalidade – a expansão urbana dispersa. As ocupações precárias, assinaladas pela ocupação de terras e pelo mecanismo da autoconstrução, não mais têm nas bordas da cidade o seu espaço prioritário. Ao invés disso, elas vêm se materializando em espaços distantes e descontínuos ao tecido urbano, localizados no que oficialmente é reconhecido como zona rural.

Segundo Catalão (2015), com a dispersão urbana formam-se espaços vazios e rompe-se a continuidade do território, expressando o fracionamento da cidade, o que somente é possível, como explica Sposito (2004), porque a continuidade espacial se intensifica por intermédio da ampliação da infraestrutura de circulação e comunicação e pela difusão do acesso aos equipamentos viabilizadores dos deslocamentos e dos contatos.

A dispersão urbana pode ser expressão de contextos sociais distintos, como alerta Botelho (2012), isto é, pode referir-se à reclusão dos ricos em condomínios fechados distantes do tecido urbano contíguo ou pode ser fruto da falta de opção dos pobres, que, ao não conseguir nem mais ocupar as bordas da cidade, abrigam-se em casas autoconstruídas em loteamentos geralmente irregulares, sem infraestrutura e equipamentos adequados, distantes das opções de emprego, consumo e lazer.

No caso concreto de Castanhal, as agrovilas parecem desempenhar papel de grande relevância nesse contexto da expansão urbana dispersa, seja por meio da sua atuação enquanto fornecedoras de comércio e serviços para ocupações instaladas em suas proximidades, seja através de sua, cada vez maior, própria conversão em espaço urbano precário e disperso.

O Plano Diretor Municipal Participativo de Castanhal (PMC, 2018) apresenta a zona rural de Castanhal organizada em quatro regionais (figura 3), todas elas marcadas por forte diversidade e complexidade de usos. Mais precisamente, quer se dizer com isso que compõem esses espaços aglomerados humanos de naturezas bastante diversas, entre os quais se podem sublinhar: a) aglomerações antigas identificadas com o modo de vida rural (agrovilas que mantêm forte articulação com a economia e a vida no campo); b) aglomerações recentes com características rurais (assentamentos rurais associados a movimentos sociais do campo); c) aglomerações recentes com forte vinculação ao urbano (ocupações precárias que, não mais encontrando lugar nas bordas da cidade, acabam se reproduzindo em espaços dispersos, para além da área urbana contígua); d) aglomerações antigas em processo de conversão em espaços urbanos dispersos (agrovilas que aprofundam suas conexões com a sede municipal, ampliam a oferta de serviços e passam a manifestar um modo de vida típico da cidade).

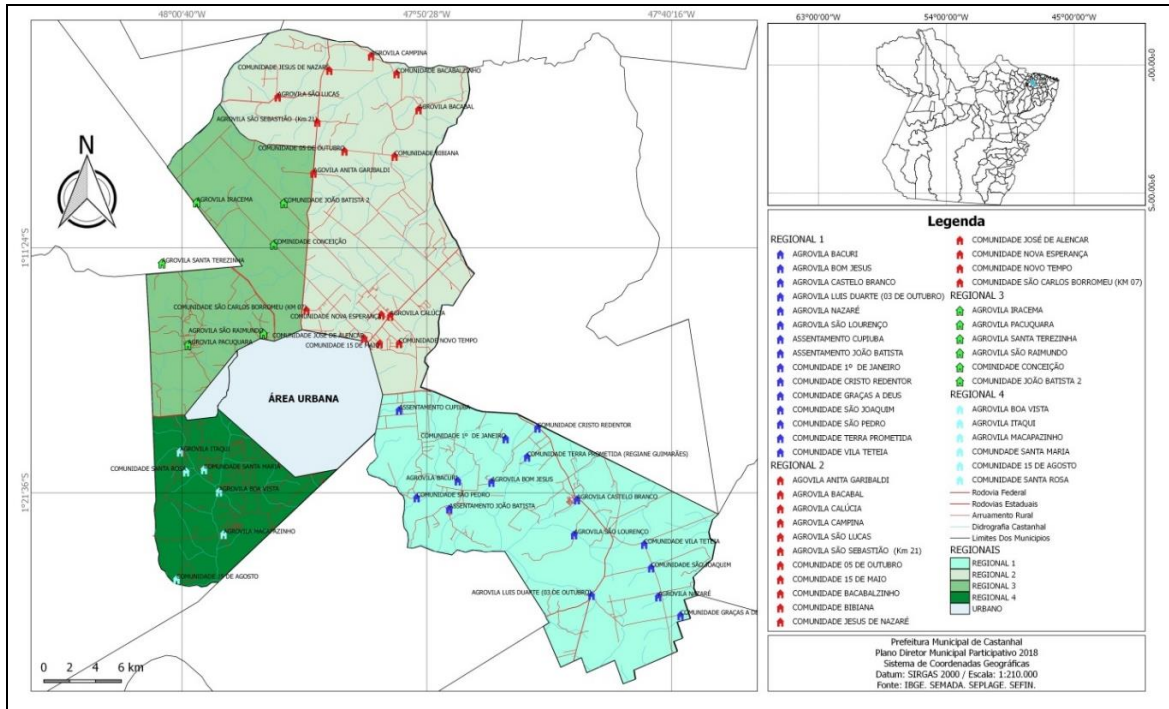


Figura 3 – Município de Castanhal. Macrozona rural. 2018
 Fonte: PMC (2018).

As realidades descritas nos itens *c* e *d* representam o processo de dispersão urbana e, portanto, integram o leque de preocupações dessa pesquisa, no entanto, neste artigo as atenções se concentram no que é expresso pelo item *d*, ou seja, as agrovilas que, por um motivo ou outro, têm passado por transformações que as aproximam cada vez mais da condição de espaços urbanos.

A partir das leituras e releituras a respeito de campo e cidade, enquanto formas espaciais, e de rural e urbano, enquanto conteúdos dialeticamente associados a essas formas, tem se chegado a múltiplos debates sobre estes conceitos e sobre os nexos existentes entre eles. Segundo Endlich (2010), a essência desta separação refere-se à capacidade de produção de excedentes de produtos de necessidade básica, exercida por alguns homens, possibilitando a desvinculação de outros em relação a estas atividades.

Para Sposito (2010, p. 121), atualmente, o que se observa é a ampliação das áreas de transição entre cidade e campo, acarretando maior indefinição ou dificuldade de distinguir os espaços urbanos dos espaços rurais. Por isso, a autora adota o termo cidade/campo para expressar a superposição das formas espaciais, reconhecendo o aumento de áreas de transição e contato entre cidade e campo, caracterizadas pelo “[...] compartilhamento, no mesmo território ou parcelas territoriais justapostas e sobrepostas, de uso de solo, de práticas socioespaciais e de interesses políticos e econômicos

associados ao mundo rural e ao urbano” (SPOSITO, 2010, p. 121). Sob esta perspectiva, as cidades crescem e transformam terras rurais em urbanas em um processo de expansão progressiva que, muitas vezes, leva ao surgimento de descontinuidades territoriais.

Um caso marcante, nesse sentido, é o da “agrovila” Castelo Branco, localizada na Regional 1 do Município de Castanhal (figura 3). Sua condição de razoável afastamento da sede municipal, bem como uma concentração relevante de serviços, incluindo serviços públicos como saúde e educação básica (com oferta de ensino médio), a converteu num centro de serviços para uma área significativa, impulsionando o seu crescimento populacional e aprofundando suas características de aglomeração urbana, levando o Plano Diretor Municipal Participativo de Castanhal (PMC, 2018) a referir-se a ela como “sede urbana do pretense distrito de Castelo Branco”, apresentando até mesmo representação cartográfica de seus limites.

Com a constituição dessas áreas dispersas, a cidade chega a um novo patamar de complexidade e soma novas dificuldades e barreiras à garantia do direito à cidade (LEFEBVRE, 2015), uma vez que, frequentemente, a precariedade, dispersa, porém urbana, é camuflada pelo discurso da rusticidade do campo, levando a uma invisibilização dos grupos sociais que habitam esses espaços dispersos, bem como de seus problemas.

Segundo Lefebvre (2015, pp. 117-18), “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Desse modo, como ressalta Benach (2017), o conceito de direito à cidade, bem como seu correlato, a justiça espacial, tem um caráter transformador e revolucionário, uma vez que coloca os problemas relativos à cidade e à sociedade que a materializa com a sua devida ênfase crítica.

É envolvido por esse contexto que se promove a análise da “agrovila” Calúcia, inserida na Regional 2 da Macrozonal Rural de Castanhal (figura 3) e que, assim como Castelo Branco, passa por significativas transformações socioespaciais e aprofundamento de suas articulações com a sede de Castanhal.

A “agrovila” Calúcia: expressão da dispersão urbana de Castanhal

A “agrovila” Calúcia localiza-se no eixo da PA-320, porção nordeste do município de Castanhal, como exposto na figura 4. O processo de ocupação deste espaço ocorre, inicialmente, com um pequeno conjunto de famílias de agricultores, os Lisboa, os Valente e os Da Silva, que passaram a estabelecer laços matrimoniais, formando novas

famílias. Estes produziram excedentes agrícolas para Castanhal durante o período de funcionamento da EFB – Estrada de Ferro de Bragança. A retirada da EFB, em 1965, implicou em transformações na dinâmica desse espaço, tal qual relata esta moradora: “[...] quando tiraram o trem, os moradores começaram a ficar apavorados. Como eles não tinham como levar as suas mercadorias para a cidade, eles foram vendendo tudo e foram embora, por conta do medo de não ter como levar as mercadorias pra Castanhal” (Informação verbal obtida em entrevista realizadas na Calúcia em novembro de 2018).

A construção da rodovia PA-320 facilitou o acesso à “agrovila” e contribuiu para a migração populacional a este espaço. De acordo com os registros da Prefeitura Municipal de Castanhal, a oficialização da agrovila ocorreu por meio do decreto municipal nº 77/75 de 29 de dezembro de 1975, responsável pelo reordenamento da divisão do espaço rural do município de Castanhal. No art. 4º deste decreto foi determinado o reconhecimento oficial da Agrovila Calúcia, cujo nome foi dado em homenagem à primeira moradora do local. Segundo a Secretaria de Infraestrutura de Castanhal, atualmente a Calúcia atende três assentamentos localizados em suas imediações: Nova Esperança; Novo Tempo e 15 de maio (figura 4).

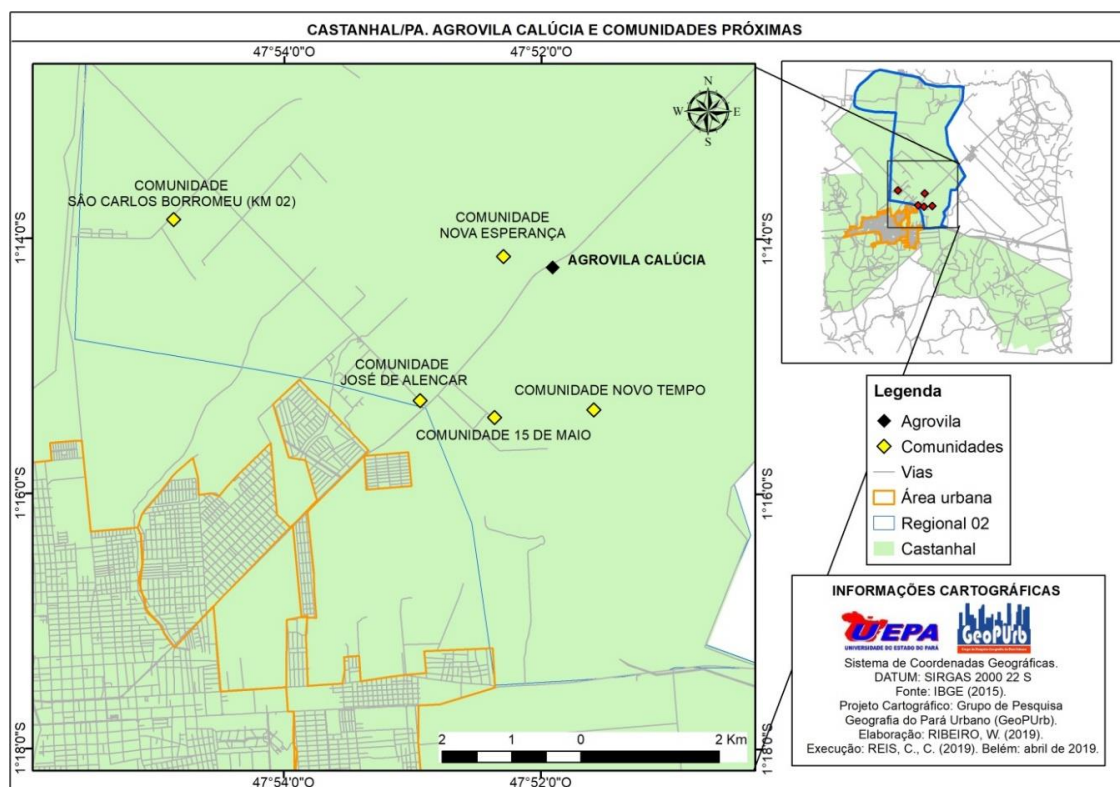


Figura 4 – Castanhal. Agrovila Calúcia e comunidades próximas. 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de trabalho de campo e da PMC (2018).

A figura 4 demonstra como está disposto o traçado territorial da Calúcia e dos assentamentos instalados em suas proximidades, estes espaços são identificados no Diagnóstico de Castanhal 2017, do Plano Diretor Municipal Participativo de Castanhal, de 2018 (PMC, 2018), como pertencentes à zona rural do município. Na figura, também fica evidente a proximidade entre as áreas dispersas e o espaço urbano contíguo de Castanhal, em seu setor nordeste. De acordo com o representante da Secretaria de Infraestrutura de Castanhal, grande parte dos lotes de terra da Calúcia não é regularizada, ou seja, parcela significativa dos moradores não possui a titulação das terras que ocupa.

Com base nas informações presentes no quadro 1, pode-se inferir que boa parte dos moradores entrevistados na Calúcia tem baixo nível de escolaridade, 46% não concluíram o ensino fundamental. Quanto à profissão, observa-se que o percentual de agricultores representa apenas 17% do total; notou-se, inclusive, a presença de indivíduos da sede municipal, que se materializam na “agrovila” através da figura dos comerciantes, representando 8% dos entrevistados. Tanto o nível escolar quanto a profissão dos moradores refletem diretamente na renda familiar, desse modo, 50% dos entrevistados possuem renda de um salário mínimo, enquanto cerca de 8% sobrevivem com menos de meio salário mínimo por mês e 33% relataram não ter condições de calcular sua renda mensal por desenvolverem trabalhos informais esporadicamente ou algum trabalho em terrenos agrícolas próximos, cuja remuneração não é regular.

Quadro 1 – Calúcia. Escolaridade, profissão e renda dos moradores entrevistados. 2019

| ESCOLARIDADE | Nº | PROFISSÃO | Nº | RENDA | Nº |
|--|----|---------------|----|---------------------------|----|
| Ensino fundamental completo e incompleto | 11 | Desempregados | 6 | Meio salário mínimo | 2 |
| Ensino médio incompleto | 5 | Donas de casa | 11 | Um salário mínimo | 12 |
| Ensino médio completo | 7 | Comerciantes | 2 | Mais de um salário mínimo | 2 |
| Ensino Superior | 1 | Agricultores | 4 | Não souberam responder | 8 |
| | | Professor | 1 | | |

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019

Nesses termos, comparando a organização econômica atual da Calúcia àquela presente em seu período de formação e consolidação, onde a principal atividade econômica era a agricultura, nota-se que esta atividade passou a ter menor expressividade na dinâmica atual da “agrovila”, como demonstra o gráfico 2.

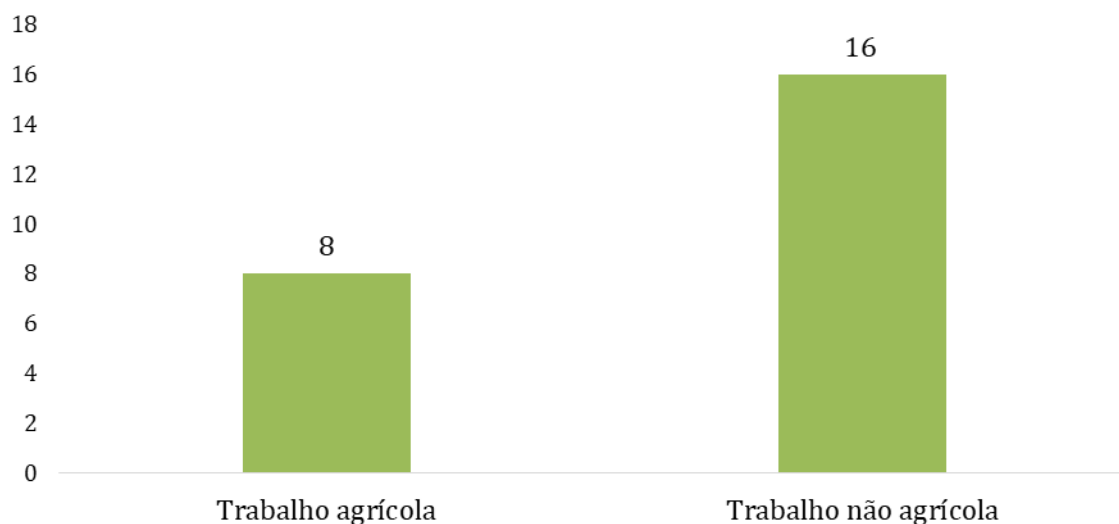


Gráfico 2 – Calúcia. Tipo de trabalho desenvolvido pelas famílias entrevistadas. 2019
Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

Os dados elencados no gráfico 2 apontam para mudanças no padrão de atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da Calúcia, com ênfase para a redução da agricultura como fonte de renda para as famílias da porção central da “agrovila”. Desta forma, a população da Calúcia tem buscado outros vínculos de trabalho, diferentes da prática da agricultura familiar. Entre os entrevistados foram identificados profissionais como: professor, comerciantes, vendedores autônomos e trabalhadores do setor industrial. Ainda que este elemento por si só não seja suficiente para caracterizar o todo em questão, revela certo distanciamento dos moradores em relação às atividades agrícolas.

Os serviços de assistência básica que fornecem suporte a esta população estão concentrados na porção central da “agrovila”, contando com um posto de saúde; uma escola municipal (ambos atendem, também, os assentamentos próximos ao núcleo da “agrovila”); um ginásio poliesportivo e um posto da Polícia Militar. A Calúcia conta ainda com uma praça pública e uma sede da associação de moradores.

Segundo o levantamento realizado na “agrovila”, 83% dos moradores entrevistados disseram estar satisfeitos com os serviços de assistência básica ofertados,

principalmente no que tange a assistência médica e a segurança. Já em relação aos principais problemas da Calúcia, 46% dos entrevistados não identificam problemas e relatam estar satisfeitos com as estruturas e serviços ofertados. O segundo maior percentual refere-se à percepção do transporte público como um problema, citado por 21%. A justificativa está no baixo número de viagens que os ônibus realizam até a Calúcia, assim como, a falta de uma linha de transporte público que adentre as ruas da “agrovila”, o que faz com que todos os moradores da Calúcia e dos assentamentos próximos tenham que se deslocar até a PA-230 para utilizar este tipo de transporte.

Durante as entrevistas, os moradores foram questionados a respeito de sua autopercepção enquanto pertencentes à zona rural ou à zona urbana de Castanhal. As respostas obtidas estão organizadas no gráfico 3.

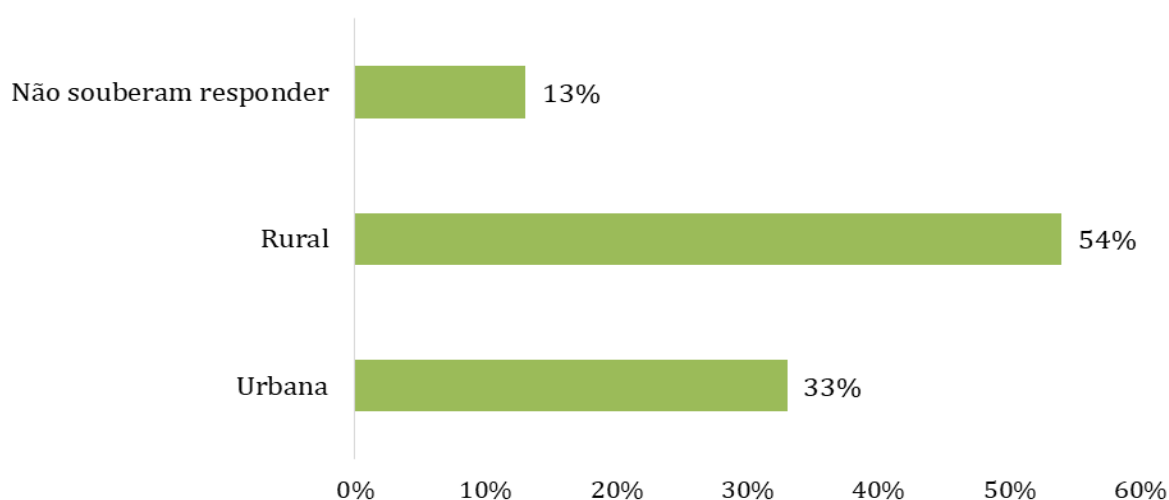


Gráfico 3 – Calúcia. Percepção dos entrevistados acerca da condição de morador da zona rural ou da zona urbana de Castanhal. 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

De modo geral, os entrevistados que se identificaram como moradores da zona urbana de Castanhal percebem as estruturas e serviços presentes na “agrovila” como fatores que a tornam semelhante aos bairros de Castanhal. Além disso, salientam a mudança no modo de vida da população residente a partir da incorporação de hábitos característicos da cidade, como fatores que a tornam semelhante ao espaço urbano de Castanhal.

Quanto aos moradores que relatam pertencer à zona rural, percebe-se que poucos destes realmente possuem um modo de vida característico do rural. Tal qual se observa na

justificativa de uma moradora entrevistada: “Olha, pela estrutura eu acho que parece mais com a parte urbana. Mas como já tem o nome de agrovila e o pessoal diz que é rural né?! Então acaba prevalecendo o rural mesmo”. (Informação verbal obtida em entrevista realizada na Calúcia em abril de 2019). Neste sentido, o que se nota com maior nitidez é a presença do rural como um discurso que se mantém a partir da tradição e das raízes fundadas no campo. A percepção do entrevistado acerca do que caracterizaria a Calúcia como um espaço rural – ainda que este reconheça a existência das estruturas e serviços presentes – apoia-se na ideia de que o nome e a categoria postos oficialmente sejam elementos suficientes para retratar a dinâmica atual da Calúcia.

Considerando que a relação entre cidade e campo tem passado por constantes transformações ligadas às dinâmicas de acumulação do modo capitalista de produção, Lefebvre (2015, p. 74) considera que

[...] a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. [...] A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centro de decisão etc.).

Desse modo, compreende-se que a produção do espaço da Calúcia não caminha mais em direção à afirmação do campo e do modo de vida rural, mas sim do urbano enquanto processo envolto de ações que alteram o modo de vida existente e imprimem suas marcas no espaço sob outra perspectiva, a da cidade.

A Calúcia apresenta características que a diferenciam de outros espaços ditos rurais e até mesmo em relação a outras agrovilas do município de Castanhal, seja pela relativa proximidade territorial com a sede municipal, seja pela estruturação física, econômica e social deste espaço. Tais fatores, aliados ao custo acessível dos lotes de terra e imóveis da “agrovila” – por não se tratar de uma área contígua à cidade apresenta menor valorização da terra – têm constituído um grande atrativo para novos moradores. A proximidade com a sede municipal, 2,5 km de distância, ainda é potencializada por sua localização às margens de um importante eixo de circulação, a PA-320. A expressividade destes novos residentes na Calúcia pode ser verificada mediante a análise do gráfico 4.

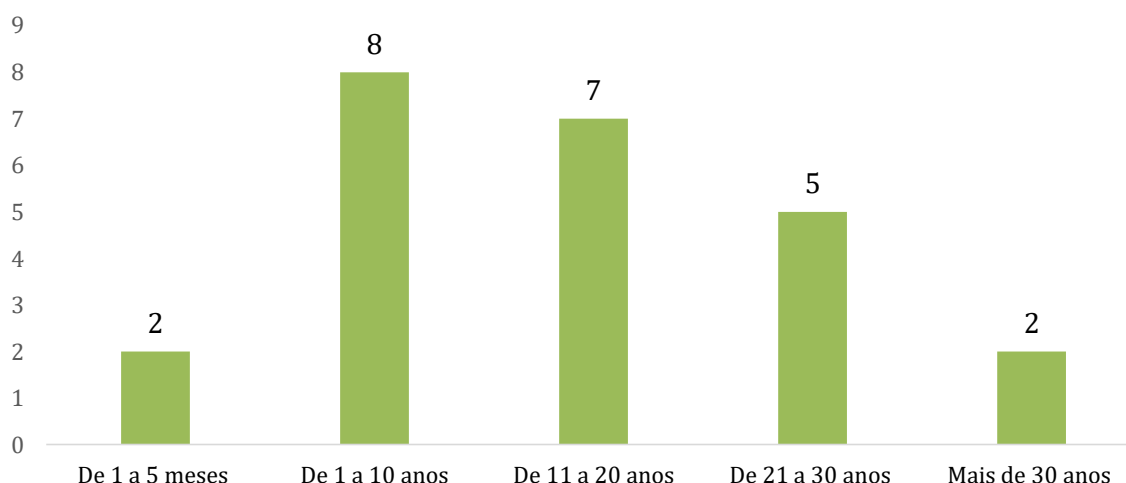


Gráfico 4 – Calúcia. Tempo de moradia dos entrevistados. 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

Os dados representados no gráfico 4 mostram que a Calúcia tem recebido considerável número de pessoas nos últimos anos, inclusive a poucos meses, como foi o caso de dois dos entrevistados. Parte dessa demanda por habitação tem sido absorvida, também, pelos assentamentos próximos, em especial, o Nova Esperança. Este movimento de chegada de novos moradores implica em mudanças no cotidiano dos residentes da “agrovila”, que passam a manter relações com novos sujeitos, inclusive com os oriundos dos espaços urbanos. Esta “[...] civilização urbana designa a penetração parcial dos hábitos, e dos modos de vida da cidade, no mundo rural” (BEAUJEAU GARNIER, 1980 p. 24), ocorrendo, também, o enfraquecimento dos laços de proximidade e afetividade próprios do modo de vida rural.

O gráfico 5 evidencia que a Calúcia tem recebido moradores de diversos lugares, especialmente de outros municípios, que vêm para Castanhal em busca de melhores condições de vida, trabalho, moradia e facilitação do acesso a serviços e comércio. Este movimento pode ser entendido a partir da análise de Ribeiro (2017), que compreende Castanhal enquanto uma cidade média de entorno metropolitano, que exerce importante centralidade regional, decorrente da concentração de equipamentos urbanos e potencial econômico de prestação de serviços e comércio, o que a torna atrativa a novos moradores. Contudo, as camadas menos favorecidas economicamente enfrentam certas dificuldades de acesso à habitação nesta cidade, implicando no processo de dispersão destes sujeitos

para espaços distantes, adentrando espaços rurais relativamente próximos como uma forma de permanecer vinculados à cidade, ainda que precariamente.

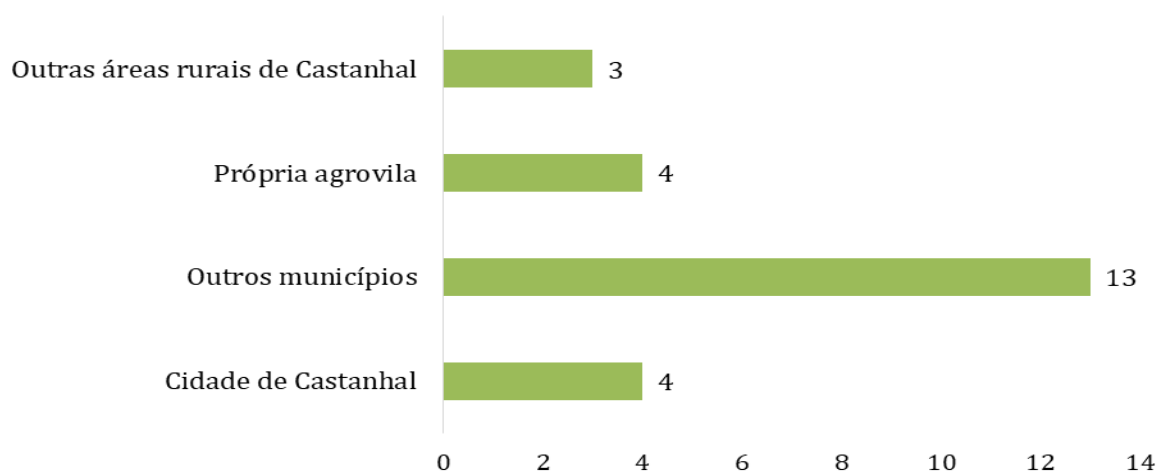


Gráfico 5 – Calúcia. Origem dos moradores entrevistados. 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

A Calúcia, entendida aqui como um espaço territorialmente descontínuo à malha urbana principal, mas que mantêm fortes relações socioespaciais com a cidade, torna-se espaço de absorção das demandas por moradias de menor custo, cuja localização permite rápido acesso à sede municipal, mediante a utilização de transportes rodoviários. A presença de alguns equipamentos urbanos, serviços e comércio na Calúcia contribuem para a intensificação da produção e expansão deste espaço a partir do processo de dispersão urbana.

Observa-se que há um número significativo de pessoas que optaram pela moradia na Calúcia devido ao preço das casas, pelo fácil acesso ao centro da cidade e pelas estruturas presentes na “agrovila”. Além disso, outra parcela dos entrevistados afirmou não ter condições financeiras de residir em outros espaços e, por isso, passou a morar com algum familiar que já residia na Calúcia. Todavia, a questão da moradia neste espaço também assumiu uma lógica distinta, a dos aluguéis de imóveis, como foi relatado por dois entrevistados que haviam alugado casas na Calúcia há poucos meses. De acordo com os moradores, essa prática tem se intensificado nos últimos anos.

Portanto, a questão habitacional passou a ganhar novos significados e maior importância na Calúcia, tanto no que concerne à absorção desta população a qual foi negado o direito à cidade, quanto às novas formas dos moradores da “agrovila” extraírem

renda a partir dos aluguéis. Alternativa tem sido a busca por moradia nos assentamentos, dos quais o Nova Esperança é o mais relevante, visto que concentra maior número de habitantes e dispõe de extensão territorial superior aos outros dois assentamentos – Novo Tempo e 15 de maio (figura 4). Nesta perspectiva, entre os moradores entrevistados, 83% consideraram que a Calúcia tem crescido significativamente nos últimos anos. As características destes novos espaços surgidos próximos a área central da “agrovila” são apresentadas no gráfico 6, juntamente com os dados sobre a percepção dos entrevistados acerca da condição de morador da zona urbana ou rural de Castanhal.

O comparativo apresentado no gráfico 6 revela que a maior parte dos entrevistados identificou características urbanas nos espaços surgidos recentemente na Calúcia, de modo que, o núcleo da “agrovila” foi comparado aos bairros de Castanhal. Estas equiparações não incluem apenas as características relativas aos serviços e comércios presentes na Calúcia, mas, também a crescente aglomeração de casas, sobretudo, nas principais ruas, evidenciando a intensificação do uso do solo – característica tipicamente urbana – nos últimos anos.

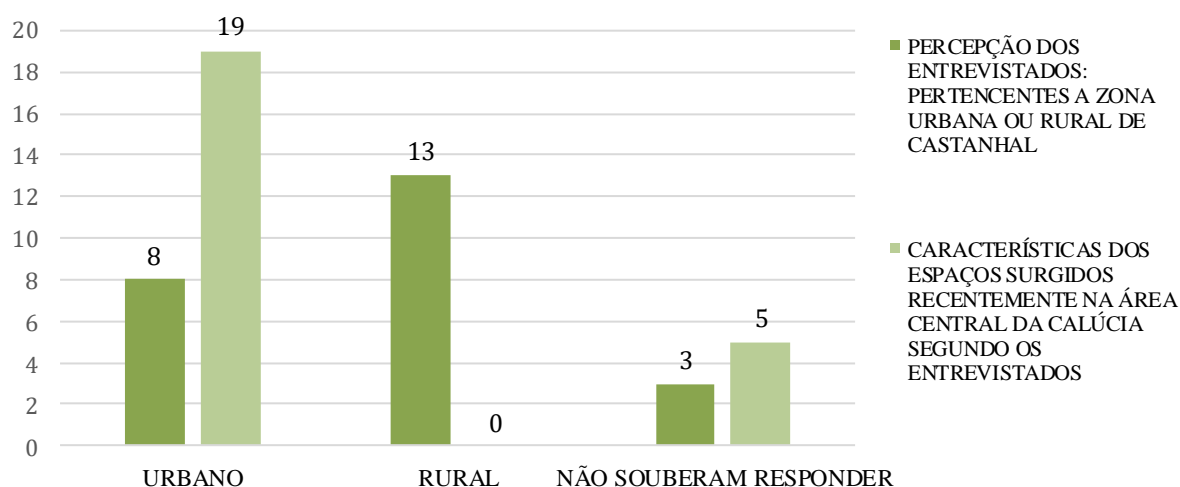


Gráfico 6 – Calúcia. Comparativo entre a percepção dos entrevistados quanto à condição de morador da zona urbana ou rural de Castanhal e as características dos espaços surgidos mais recentemente na Calúcia. 2019

Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

Mesmo diante dos novos contornos que a Calúcia tem apresentado, parte dos moradores ainda reproduz o rural enquanto um discurso, que se vincula ao passado, muito bem sintetizado na expressão agrovila. Evidentemente, este espaço ainda apresenta alguns

aspectos do modo de vida rural, porém o que se percebe com maior expressividade é a constante penetração do modo de vida urbano, influenciando a forma como os moradores se relacionam entre si e com o espaço, ou seja, através de um processo que também se materializa nas formas espaciais, na própria organização do espaço, cada vez mais semelhante à cidade. Nas palavras de Noronha e Hespanhol (2009), “[...] com a aceleração do tempo, a urbanização, enquanto movimento e processo, tende a ser predominante e não exclusiva. A sociedade caminha para ser urbana. Explicando: para um modo de vida cada vez mais urbano” (pp. 86-87).

Na figura 5, a imagem “A” mostra a estrutura da rua Raimundo Linhares Lisboa, paralela à PA-320, onde a concentração e a disposição das casas assemelham-se à paisagem dos bairros periféricos de Castanhal. Nesta rua, grande parte dos serviços de assistência básica está concentrada. Contudo, a paisagem muda consideravelmente na imagem “B”, que apresenta um trecho da rua Joana D’Arc, uma das vias de acesso ao assentamento Nova Esperança, revelando a precariedade a que os moradores estão sujeitos em seu cotidiano. De acordo com os moradores, a manutenção e a ampliação do serviço de pavimentação não têm sido realizadas.



Figura 5 – Calúcia. Paisagem das ruas Raimundo Linhares Lisboa e Joana D’Arc. 2019
Fonte: Vale, 2019.

Nestes espaços assinalados pela falta de titulação de terra, a infraestrutura característica das construções apresenta aspectos de inacabada, próprio da autoconstrução realizada por grupos sociais precariamente incluídos, que, diante da indisponibilidade de terras nas bordas da cidade, passam a produzir suas habitações em espaços distantes dela, onde o custo da terra é menor.

Nesse contexto, espaços como o da Calúcia possuem um elemento a mais de reforço à precariedade se comparados às periferias nas bordas da cidade, qual seja, o imaginário social e o discurso em torno do rural. O discurso da ruralidade acaba “naturalizando” a precariedade desses espaços e os baixos investimentos em infraestrutura, interferindo negativamente na reprodução socioespacial destes moradores.

Ainda que as estruturas sejam precárias na maior parte da “agrovila”, a produção deste espaço continua a ocorrer sob a influência de fatores distintos: entre eles a chegada, cada vez mais frequente, de novos moradores; outro referente à mudança no padrão das atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores da Calúcia, bem como a presença de estruturas e serviços urbanos; culminado em sua transformação em espaço urbano precário e disperso.

O processo de produção desta “agrovila” tem sido caracterizado pela presença dos eixos de circulação que exercem substancial influência sobre a articulação deste espaço com a cidade. Ao se considerar a Calúcia enquanto espaço urbano disperso, se afirma que ela compõe a cidade de Castanhal, mesmo estando descontínua à malha urbana principal. As relações mantidas entre os moradores da “agrovila” e a sede municipal ocorrem por diversos motivos, resultando em um intenso processo de articulação entre estes espaços que se expressa através da mobilidade de residentes da “agrovila” rumo à sede de Castanhal.

O movimento pendular dos moradores corresponde ao número de entrevistados que trabalha na cidade – este quantitativo aumenta se se considera a quantidade de chefes de famílias que trabalham em Castanhal, 9 pessoas, como mostra o gráfico 7. As viagens semanais e mensais realizadas pelos entrevistados estão majoritariamente associadas à busca por serviços – especialmente serviços bancários – e comércios da cidade. A articulação da Calúcia com a sede de Castanhal, vista sob a perspectiva dos vínculos empregatícios, aponta para a intensificação das relações entre estes espaços, visto que parte significativa da população da “agrovila” não desenvolve mais trabalhos agrícolas.

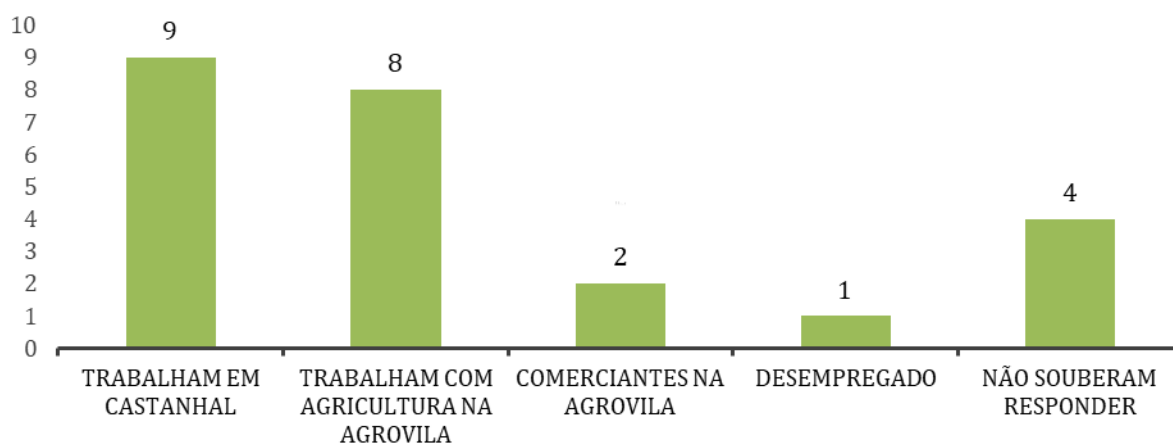


Gráfico 7 – Calúcia. Local dos vínculos empregatícios dos moradores entrevistados. 2019
 Fonte: Elaboração própria a partir de trabalho de campo. Agrovila Calúcia – Castanhal. Abril de 2019.

A distribuição dos vínculos empregatícios dos 24 chefes de famílias representados no gráfico 7 indica expressivo número de moradores trabalhando na cidade de Castanhal, cerca de 9 famílias entrevistadas dependem da renda proveniente do trabalho assalariado desenvolvido na cidade. Assim, são evidenciadas mudanças na dinâmica espacial da “agrovila”, que passa a manter relações diferenciadas com a cidade, não apenas na condição de fornecedora de produtos agrícolas, mas também se articulando com esta através de vínculos de trabalho propriamente ditos. Tal argumento é reforçado pela origem da renda familiar dos entrevistados, 38% relataram que esta resulta de algum tipo de trabalho desenvolvido na cidade de Castanhal, enquanto apenas 33% disseram que provêm de atividades agrícolas realizadas na Calúcia. Além disto, os moradores também mantêm intensa relação com os bairros de Castanhal por motivo de estudo, gerando movimento diário de estudantes da “agrovila” e dos assentamentos para a sede municipal.

Quanto ao comércio da Calúcia, foram identificados mercados e mercearias, pequenas lojas de vestuário, lojas de materiais de construção, armarinhos, restaurantes, bares, entre outros. Estes comércios assim como os serviços, mesmo com certo nível de precariedade, possibilitam uma centralidade a este espaço, que passa a atender não apenas os moradores da Calúcia, mas também a população que reside nos assentamentos, de modo que a “agrovila” tem funcionado como um núcleo de suporte para o crescimento destes espaços, cada vez mais articulados às estruturas da “agrovila”. Dentre os moradores entrevistados, 50% informaram realizar suas compras no comércio da “agrovila”,

enquanto a outra parcela dos entrevistados acessa tanto este quanto o comércio do centro da cidade, reforçando a articulação da “agrovila” com a sede de Castanhal.

Esta articulação dos moradores da “agrovila” com a sede municipal é facilitada pela fluidez dos transportes rodoviários que os atendem. Dentre os entrevistados, 71% relataram não sentir dificuldades para chegar ao centro da cidade. Sendo que 58% dos moradores entrevistados têm suas necessidades de locomoção atendidas pelo denso conjunto de transporte alternativo (micro-ônibus e vans). Estas linhas alternativas não são exclusivas da “agrovila”, apenas perpassam pela Calúcia através da PA-320 rumo à Castanhal e à capital Belém. Quanto ao transporte convencional (ônibus urbanos), nota-se alto nível de precariedade, visto que o número de veículos que faz esta linha é reduzido, além disso, não possuem horário regular e circulam apenas na rodovia, deixando de adentrar as ruas da “agrovila”, tampouco os assentamentos, onde os moradores precisam se deslocar até a rodovia principal para ter acesso aos meios de transporte. No caso do Nova Esperança, isso representa um deslocamento prévio de 2 km até a rodovia PA-320 para se ter acesso ao transporte coletivo, seja ele convencional ou alternativo. Deste modo, identificou-se que 71% dos entrevistados caracterizam o transporte público como ineficiente.

Estes moradores expressaram novas demandas na “agrovila”, a de um transporte público urbano que mantenha um padrão de regularidade semelhante ao serviço prestado na cidade, com vista à suprir as necessidades de deslocamentos destas pessoas que habitam espaços cada vez mais distantes da sede municipal e até mesmo da área central da “agrovila”, como no caso dos assentamentos, a ponto de invisibilizar suas demandas e dificultar o acesso destas pessoas ao centro da cidade, negando-se o seu direito à cidade.

Considerações finais

As cidades brasileiras são marcadas por diferentes formas de desigualdades sociais e espaciais, que atingem, não somente, mas, prevalentemente a vida da população menos abastada da sociedade, revelando as precárias condições de reprodução da vida às quais estão sujeitas. A dispersão urbana compõe e fornece complexidade a esse quadro.

Reconhecer as demandas sociais dos espaços resultantes da dispersão urbana a partir da ação de grupos sociais precariamente incluídos, como no caso aqui examinado, torna-se fator fundamental. A Calúcia é um exemplo de absorção de demandas habitacionais que não são atendidas pelos mecanismos de acesso à habitação na cidade,

além disso, funciona como centro que atende as necessidades básicas dos moradores dos assentamentos próximos. Tal condição, em médio prazo, contribui à gradativa sobrecarga dos aparelhos de assistência básica da Calúcia, visto que o planejamento e investimento público não acompanham as demandas geradas por estas pessoas que permanecem precariamente incluídas na cidade.

A cidade de Castanhal passa a alcançar outro nível de complexidade, no qual novas limitações e obstáculos são agregados à garantia do direito à cidade, principalmente a estes sujeitos que, nas bordas da cidade, mesmo em condições precárias, eram percebidos. Agora, com a dispersão, morando em áreas distantes da sede municipal, passaram a ser invisibilizados. Estas ocupações precárias são desconhecidas da maior parte dos habitantes da cidade.

A julgar pelo direito à cidade, esta realidade torna-se extremamente preocupante, já que este processo vai além da segregação, torna os grupos sociais inexistentes para a vida na cidade. Neste sentido, garantir a visibilidade dessas realidades é de suma importância, especialmente sob a luz do direito à cidade e da justiça espacial, enquanto parâmetros fundamentais para a mudança social positiva.

Referências

- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- BENACH, N. Da justiça social à justiça espacial. In: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BOTELHO, A. Capital volátil, cidade dispersa, espaço segregado: algumas notas sobre a dinâmica do urbano contemporâneo. **Cadernos Metrôpole**, v. 14, n. 28, São Paulo jul./dez 2012, p. 297-315. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14794>. Acesso em: 10/02/2019.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. Disponível em: <http://www.sst.sc.gov.br/arquivos>. Acesso em: 14/03/2019.
- CARRERA, R. V. O.; CARVALHO, A. S.; SILVA, J. C. M.; VALE, K. V. S.; RIBEIRO, W. O. Lado a lado na precariedade: ocupações e empreendimentos da faixa 1 do PMCMV na cidade de Castanhal/PA. In: SILVA, C. N.; DE PAULA, C. Q.; SILVA, J. M. P. (Orgs.). **Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional**. Belém: GAPTA/UFPA, 2019. p. 207-236.
- CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**. Barcelona, Vol. VII nº1-2, p.19-56, 1974.

CATALÃO, I. Dispersão urbana: apontamentos para um debate. **Cidades**, v. 12, n. 21, p.108-151, jun. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2591>. Acesso em: 02/02/2019.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pp. 11-31.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 12/07/2020.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em: 08/05/2019.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2015.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

NORONHA, E. O.; HESPANHOL, R. A. M. O espaço periurbano no município de Jundiá características e tendências atuais. **Revista Formação**, n. 15, v. 1, p. 85-96, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/737>. Acesso em: 03/03/2019.

PMC – Prefeitura Municipal de Castanhal. Diagnóstico de Castanhal 2017. **Plano Diretor Municipal Participativo do Município de Castanhal**. Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, 2018. Disponível em: <http://www.castanhal.pa.gov.br/plano-diretor/>. Acesso em: 10/03/2019.

RIBEIRO, W. O. Expansão urbana e segregação socioespacial em Castanhal, Pará: os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. In: SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P.; CHAGAS, C. A. N. (Orgs.). **Geografia na Amazônia paraense: territórios e paisagens**. Belém: Gapta/UFGA, 2015, p. 115-139.

_____. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará: particularidades regionais e diferença de Bragança, Capanema e Castanhal**. 356p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150578>. Acesso em: 03/04/2018.

SIQUEIRA, J. L. F. **Trilhos: o caminho dos sonhos**. Bragança/PA: José Leôncio Ferreira de Siqueira, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM, núm. 54, 2004, p. 114-139. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0188-46112004000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 08/03/2019.

_____. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.